



REAGE MT: OAB conclama sociedade civil para basta à usurpação de MT

Página - 6



Tráfico de pessoas existe em MT e precisa ser combatido, reforça Seminário da OAB

Página - 9



Desagravo contra atos de juiz e delegado reúne cerca de 80 pessoas em Araputanga

Página - 14

OAB-MT, artistas e sociedade elaboram carta aberta contra censura

Página - 04

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa

Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira

Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
PRIMEIRA TURMA			QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
	3613-0935	3613-0940	ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
SEGUNDA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
TERCEIRA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPARELO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
QUARTA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Natacha Wogel
Mayla Miranda/Conexão Assessoria
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243

Fotografias: Kamila Martins/
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

OAB-MT garante atendimento a profissionais da advocacia na PGFN

Em ação proposta pela OAB-MT com efeito para todo o país, o juiz federal substituto da 15ª Vara, Eduardo Ribeiro de Oliveira, reconheceu a ilegalidade da Portaria nº 245/2013 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme a portaria, os profissionais da advocacia precisavam realizar agendamentos para tratar de situações urgentes, cujos assuntos deveriam ser exclusivamente relacionados à Dívida Ativa da União e, ainda, comprová-las por meio

de documentação idônea a ser apresentada no atendimento residual da unidade da PGFN em que a audiência fosse pretendida, podendo ser deferido o pedido ou não.

Diante da situação, a OAB-MT argumentou que a normativa fere a



Constituição Federal e a Lei 8.906/94 ao restringir a atuação dos profissionais da advocacia. O pedido foi reconhecido pela Justiça Federal.

“O agendamento do atendimento com hora marcada há de ser um serviço meramente opcional, um plus à dispo-

sição do advogado ou contribuinte, em prol de sua conveniência e comodidade, revelando-se indevida a recusa ao atendimento daquele que se faz presente na repartição pública, ainda que sem prévio agendamento”, considerou o juiz.

Em sua sentença, o magistrado

determinou que a PGFN realize o atendimento dos advogados, no horário de expediente, independentemente de agendamento prévio, requerimento e preenchimento de formulários ou quaisquer outros tipos de protocolo para esses fins.

A decisão ainda assegura o acesso a processos administrativos e documentos do interesse dos advogados que estejam sob a responsabilidade do órgão federal, no horário de expediente, independentemente de agendamento ou requerimento para consulta, carga e extração de cópias, desde que não se encontrem em tramitação sigilosa e em conformidade com o que

determina a legislação.

Em junho do ano passado, a Justiça Federal já havia manifestado esse entendimento em caráter liminar, suspendendo os efeitos da Portaria. Na decisão, datada de 31 de agosto, foi julgado o mérito da ação.

Pedido de danos morais contra a OAB-MT é julgado improcedente

O juízo da 6ª Vara do Juizado Especial Federal de Mato Grosso julgou improcedente a ação de danos morais movida pelo juiz Jean Louis Mais, da comarca de Itiquira, em face da OAB-MT.

No pedido, o juiz alegou ter sofrido danos morais pelo fato de a OAB-MT ter apresentado pedido de providência perante a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) questionando ato do magistrado, que determinou à gestora do cartório que os alvarás de levantamento de depósito de pagamento de precatórios fossem entregues diretamente à parte autora da ação, e não a seus advogados.

Diante da situação, a OAB-MT pediu providências, tendo em vista que a medida adotada pelo magistrado fere as prerrogativas da advocacia, conforme disposto na Lei 8.906/94.

“Ademais, não ficou demonstrada a intenção da ré em macular a imagem do autor, tendo em vista que na peça apresentada pela ré junto à Corregedoria Ge-

ral da Justiça não há palavras ofensivas ou injuriosas. Verifica-se, ao contrário, que o ‘pedido de providência’ apresentado buscou unicamente resguardar o direito de seu representado de efetuar o levantamento de depósitos e pagamentos de precatórios em nome de clientes, desde que conste na procuração poderes especiais para dar quitação e receber, conforme preconiza o Provimento n 07/2014 da CGJ/TJMT”, destacou o juiz federal titular da 6ª Vara, Roberto Luis Luchi Demo, em sua decisão.

Na avaliação do magistrado federal, não ficou demonstrada qualquer ilicitude por parte da OAB-MT na defesa dos profissionais da advocacia, não havendo, portanto, que se falar em dano moral. “... eventuais transtornos suportados pelo autor não passam de aborrecimentos, eventualmente causados por ter de responder ao pedido de informação à CGJ/TJMT, fato que, todavia, não configura em hipótese alguma, dano moral”, declarou na sentença.

Pacientes podem ser acompanhados por advogados em perícia médica

Apesar de já ser ponto pacífico no Conselho Federal de Medicina (CFM), não são raras as situações em que profissionais da advocacia são impedidos de acompanhar pacientes, com suas respectivas anuências, em perícias médicas. Recentemente, o caso foi levado pela subseção de Rondonópolis ao Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT.

A nota técnica do Setor Jurídico do CFM nº 044/2012 já tratava da questão, assegurando o acompanhamento do advogado sem que isso configurasse atentado ao sigilo profissional médico. No entanto, o debate voltou à tona em 2015, quando foi emitida a Nota Técnica SJ 31/2015.

Aprovada pela diretoria do CFM em 2 de julho de 2015, a nota reconhece que o impedimento de profissional de advocacia no acompanhamento de perícias médicas autorizadas pelos pacientes interessados fere

as prerrogativas da advocacia.

“... entendemos que o advogado, no exercício de sua profissão, tem direito assegurado pelo art. 7º, inc. I, III e VI, letras “c” e “d” do EOAB, Lei 8.906/94 de fazer-se acompanhar de seu cliente, quando solicitado, nos exames periciais em âmbito judicial ou administrativo”, destaca trecho da nota.

Diante do entendimento já amplamente pacificado, ao analisar a situação apresentada pela OAB Rondonópolis, o TDP oficiou a Secretaria Municipal de Planejamento, Coordenação e Controladoria Geral de Rondonópolis, bem como o Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT) para apuração de eventual irregularidade no procedimento do médico que impediu a presença do advogado, solicitando ainda que entidade de classe dê ciência a todos os profissionais médicos do teor da Nota Técnica nº 044/2012.

OAB-MT, artistas e sociedade elaboram carta aberta contra censura

A classe artística mato-grossense Airá produzir uma carta aberta à sociedade para manifestar a preocupação e protestar contra os episódios de censura que vêm ocorrendo no Estado e no país, além de propor medidas para impedir que a liberdade de expressão volte a ser reprimida.

A estratégia foi debatida durante uma reunião no dia 27 de setembro, na sede da OAB-MT, depois que uma obra da exposição alusiva aos 300 anos de Capital, “Amo Cuiabá”, foi retirada de um shopping local.

“A OAB-MT entende que toda e qualquer censura corresponde a um processo de corrupção. Então, da mesma forma que nós lutamos contra a corrupção financeira, também lutamos contra a corrupção de valores. É importantíssimo pra nós que todos tenham ferramenta de expressão, possibilidade de poder se expressar, e a arte censurada está invadindo os mais pequenos princípios de liberdade de uma nação. Precisamos reagir contra isso”, pontuou o vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira.

Participaram do encontro representantes da classe artística mato-grossense como as cantoras Vera Baggetti e Zuleica Arruda, a artista plástica Ruth Albernaz, a produtora cultura Magda Domingos da Silva – esposa do artista plástico Gervane de Paula, cuja obra foi censurada no shopping -, e a também produ-

tora cultura Silvana Cordova.

“A gente está vivendo um retrocesso. É fundamental que a gente repense em que sociedade estamos vivendo e foi uma exposição que é comemorativa aos 300 anos de Cuiabá. Nós, artistas participantes dessa amostra, estamos profundamente afetados e repensando qual a Cuiabá dos 300 anos que queremos. Queremos uma cidade onde haja formação em arte, onde tenha museus que funcionem, onde a cultura cuiabana seja considerada, valorizada, e nós, artistas cuiabanos, somos representantes dessa cultura”, comentou Ruth Albernaz, que também mantinha telas na exposição onde a obra foi censurada.

A colega de Gervane de Paula destacou que o tema abordado por ele para a exposição foram os conflitos sociais que existem em Cuiabá, dentre eles o uso do

crack. A obra que foi censurada retratava a forma como o usuário da droga pode vir a sucumbir a condutas irracionais. “A obra retrata justamente o perigo do uso de drogas, mas foi interpretada de forma deturpada, como se houvesse apologia ao uso da droga. Fomos chamados de imundos”, demonstrou sua indignação Ruth Albernaz.

O advogado Flávio Ferreira lembrou que a história da humanidade é marcada por episódios de discursos moralistas que deram início a ditaduras em vários países. “Tudo começa com esses discursos moralistas e isso termina numa ditadura. A história tem provado isso, que não é novo, começou no século XIX e, ao longo da história, os países vêm ganhando corpo com isso. A extrema direita, que é o caso do movimento mundial que nós vemos na Europa e nos Estados

Unidos recentemente, são discursos conservadores que terminam por cercear as liberdades”.

A cantora Vera Baggetti enfatizou a importância de o tema estar sendo debatido na sede da OAB-MT. “Gostei de surgir o debate a partir da OAB, que lida com os direitos do ser humano. Acho super viável esse encontro e espero que surja um documento interessante, que seja bem pensada a forma como lidar com isso, porque na Constituição está garantida a liberdade de expressão”, comentou.

Por fim, ficou deliberado que os participantes da reunião elaborarão o documento a ser repassado a demais integrantes do cenário artístico mato-grossense, bem como a entidades representativas da sociedade civil, para ser assinado. No dia 10 de outubro, quando ocorrerá o ato cívico “Reage MT”,

para demonstrar a manifestação social diante da continuada corrupção revelada na delação premiada do ex-governador Silval Barbosa, os integrantes do movimento dos artistas juntar-se-ão ao manifesto para tornar pública a carta aberta de repúdio à censura. “No dia 10 de outubro, vamos levar isso para as ruas para que as pessoas tenham conhecimento. A OAB quer participar desse movimento de resistência a toda e qualquer censura”, finalizou o vice-presidente da Ordem.



Ordem apoia campanha contra pirataria lançada pela Fecomércio

O presidente da Comissão de Propriedade Intelectual e Direito Autoral da OAB-MT, Geraldo da Cunha Macedo, participou do lançamento de uma campanha contra a violação da propriedade autoral iniciada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-MT) e parceiros, no dia 4 de setembro. O pontapé dos trabalhos foi a “Cartilha contra a Pirataria e o Contrabando – a favor do Comércio Legal”, distribuída no evento com a participação das entidades que apoiam a iniciativa, dentre elas, a OAB-MT.

“A cartilha foi lançada e a grande preocupação é a proteção do comércio

legal, porque o comerciante legal tem uma carga tributária enorme e ainda sofre com a concorrência desleal de produtos pirateados. A OAB-MT, através da Comissão, tem que apoiar tal iniciativa. Porque, assim como a Fecomércio, não temos poder de polícia, mas acho que com esses trabalhos de conscientização a gente tenta fazer com que a pirataria diminua e tenhamos algum resultado”, ponderou Geraldo da Cunha Macedo.

O material, elaborado pela Federação em conjunto com a Rede Nacional de Assessorias Legislativas (Renalegis), será distribuído em todo o Estado. Foram confeccionados 20 mil exemplares para serem entregues em

comércios e escolas. Podem ser utilizadas em palestras e acessadas no site da Fecomércio-MT.

A partir de sua distribuição, inicia uma campanha contra o comércio de produtos falsificados e contrabandeados, encabeçadas por instituições cujos papéis são fiscalizar, orientar e conscientizar sobre a causa.

“Eu entendo que não só a Fecomércio, mas vários órgãos públicos deveriam fomentar isso, inclusive. Porque o órgão público também é vítima da pirataria. Quando fazem licitações, muitas vezes as empresas entregam canetas, toners e uma série de outros produtos para o Estado, por exemplo, que são

pirateados, não têm qualidade. E quem paga por isso é a população. Enfim, o comércio ilegal atrapalha o comerciante, o Estado, o país, enfim”, reforçou o representante da OAB-MT.

A ponderação foi endossada pelo presidente da Fecomércio-MT, Hermes Martins da Cunha. “Produtos falsificados são um risco para quem compra. O cliente leva para casa um bem com valor muito inferior ao do mercado legal, porém sem nenhuma qualidade. Quando algum acidente acontece, esse consumidor não consegue ressarcimento porque, quem atua no mercado ilegal da pirataria, não tem compromisso com o cliente”.



OAB Várzea Grande inaugura novas instalações

A subseção de Várzea Grande da OAB-MT inaugurou as novas instalações da sala da diretoria e reuniões das comissões temáticas.

Para a estruturação do novo espaço e sua equipagem, a Seccional de Mato Grosso, a CAA/MT e a subseção de Várzea Grande vêm realizando um trabalho junto a toda a advocacia da região, com empenho e promoção de eventos.

Com as novas instalações, a OAB Várzea Grande passa a contar com um computador para uso exclusivo das

comissões temáticas e mais infraestrutura para atender as necessidades da advocacia.

“É deste espaço que irão emanar ofícios, requerimentos, pleitos para a melhoria e garantia da defesa da cidadania e implantação da justiça social”, destacou a presidente da OAB Várzea Grande, Flávia Petersen Moretti.

Ela ainda lembrou a importância das ações realizadas pela advocacia em busca de um Poder Judiciário melhor, que atenda às necessidades dos cidadãos. “Investir em infraestrutura

significa também respeito e valorização do advogado e fortalecimento da instituição”, disse.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos ressaltou a importância dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões temáticas da Ordem, que agora passam a contar com mais estrutura em Várzea Grande, vêm se destacando em todo o país.

Ele lembrou ainda que partiu de Várzea Grande uma série de pleitos que hoje são discutidos no Tribunal de Justiça de Mato Grosso visando ofere-

cer uma melhor distribuição de justiça à população.

O evento contou ainda com o workshop jurídico com a Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT, por meio de seu presidente Jorge Jaudy, da vice-presidente Luciana Póvoas Lemos e da secretária-geral adjunta Ariadne Sella Simões, levando aos advogados e advogadas várzea-grandenses informações que permeiam o dia a dia do profissional e apresentando o Observatório do Novo Código de Processo Civil (CPC).

OAB Tapurah pleiteia ampliação de comarca junto ao TJMT

Em virtude da dificuldade de manutenção de juízes na comarca de Tapurah, representantes da OAB-MT do município e região, juntamente com membros dos poderes Legislativo e Executivo locais, foram ao Tribunal de Justiça pleitear a ampliação ou elevação da comarca, em reunião ocorrida no dia 18 de setembro. A intenção é manter permanentemente um magistrado no município, o que não acontece há cerca de oito anos, desde quando criada a comarca.

“Nos últimos anos, temos passado a média de oito a 10 meses sem juízes, porque Tapurah virou um local de ingresso e, depois, de transferência de magistrado. Os juízes não ficam lá e isso causa um prejuízo muito grande, porque os processos não têm andamento”, apontou a representante da

OAB-MT em Tapurah, a advogada Ana Caroline Belleze Silva.

Conforme a defensora, a comarca de Tapurah, que ainda atende o município vizinho de Itanhangá, tem apenas vara única, que acaba virando uma espécie de entreposto para juízes em trânsito. “Os juízes entram, ficam um tempo e saem, porque têm promoção ou porque pedem transferência; quando é mulher, as vezes fica de licença maternidade, e já aconteceu de passarmos cerca de 1 ano e dois meses sem juiz”, reforçou. Nessa situação, o magistrado de Lucas do Rio Verde responde pela comarca, mas sem muito resultado, de acordo com ela, pois já sobrecarregado no município de origem.

À reunião no Tribunal de Justiça de Mato Grosso compareceram o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos,



o presidente da Subseção de Lucas do Rio Verde da Ordem, Eduardo Vilela, o prefeito de Itanhangá, Edu Pascoski, a vice-prefeita de Tapurah, Maria Martelli, além de vereadores e integrantes da Ordem dos dois municípios, num total de 11 pessoas. “Ganhamos força política no pedido. Acredito que agora vai mudar essa realidade. Precisamos de uma vara a mais, pelo menos, para

a permanência de um juiz obrigatoriamente”, acrescentou a advogada.

Atendidos por juízes assessores da presidência do TJMT, os participantes da comitiva obtiveram a resposta de que deveriam produzir um projeto de ampliação do fórum da comarca para abrigar mais uma vara, a ser apresentado assim que concluído.

OAB conclama sociedade civil para basta à usurpação de MT

Impedir que o silêncio seja a reação da população mato-grossense diante do escandaloso abalo ético e moral que o Estado vivencia, sobretudo a partir das revelações de sequenciais atos de corrupção ocorridos há mais de uma década contra o erário, feitas pelo ex-governador Silval Barbosa em delação premiada, a OAB-MT mobilizou a sociedade organizada em volta do movimento "Reage MT".

Orquestrado a partir de uma reunião convocada pela instituição no dia 5 de setembro, o manifesto ganhou a adesão de 57 entidades representantes dos mais variados setores da sociedade. Após o encontro realizado pela Ordem, deu-se início a elaboração de um documento, assinado por todas as instituições envolvidas, além de uma agenda de atividades para cobrar mudanças no cenário político de Mato Grosso.

"Não podemos mais tolerar esta situação. O povo não vai aguentar calado tudo isso que está acontecendo com o nosso Estado, formado, em sua esmagadora maioria, por pessoas de bem, trabalhadores que fazem de Mato Grosso uma economia pujante. A sociedade não merece sofrer a conta-gotas com essa devassa ética, política e moral. Não podemos pagar mais essa conta", comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Escândalos envolvendo agentes públicos em todas as esferas de poder tornaram indispensável a mobilização da sociedade na defesa do patrimônio público, fruto do trabalho dos contribuintes mato-grossenses.

Na reunião, foram oportunizadas várias manifestações de indignação das instituições dos muitos setores sociais presentes: conselhos de classe e sindicatos de trabalhadores de diversas categorias; sindicatos patronais de comércio, indústria, serviços e rural; federações; organizações não-governamentais; associações de servidores e de membros



das polícias Civil e Militar; movimentos sociais, além de representantes do Judiciário e do Ministério Público estaduais.

"Nós, instituições da sociedade civil organizada, não podemos agir somente no clamor das ruas ou na pressão, ou vontade da população. Todas as vezes que o Brasil precisou, as instituições sérias da República não se furtaram em ajudar. Em Mato Grosso não é diferente. É a hora das instituições assumirem seu papel e, de forma muito madura, conduzirem a sociedade para um desfecho dessa situação que, sem dúvida nenhuma, provocou um abalo torrencial nas estruturas de Mato Grosso", conclamou Leonardo Campos.

Durante o encontro, a OAB-MT demonstrou, em uma projeção, a realidade de arrecadação no Estado. Até o

início de setembro, foram cerca de R\$ 14 bilhões pagos pelos mato-grossenses aos cofres públicos para manutenção dos serviços. A divisão do duodécimo transferido aos Poderes também foi apresentada: R\$ 865 milhões para o Legislativo, R\$ 350 mi para o Tribunal de Contas do Estado, R\$ 1,4 bilhão para o Judiciário e R\$ 454 milhões para o Ministério Público Estadual.

Pilares - A OAB-MT propôs pilares a serem atingidos com as ações do movimento: uma reforma política estrutural - modificar o sistema que está posto, visto que apenas mudar as pessoas não vem sendo suficiente; cobrar uma gestão efetiva e eficaz dos órgãos de controle, tendo em vista que bilhões de reais são desviados sem que nenhuma das estruturas criadas exclusiva-

mente para esse fim detecte a corrupção; cobrar explicações claras com relação aos fatos, bem como a punição dos culpados, e adotar medidas imediatas para mudanças necessárias, além da mobilização de toda a sociedade.

"Precisamos de uma gestão preventiva e eficaz dos órgãos de controle e fiscalização, inclusive com estruturação desses órgãos. Ora, não é possível revelar que os cofres públicos foram lesados em quase R\$ 1 bilhão e os órgãos de controle não conseguiram detectar isso em tempo oportuno. Nós estamos enxugando o gelo com o ocorrido, não estamos trabalhando na prevenção!", apontou Leonardo Campos.

O representante da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso (Facmat), Rafael Alves de Souza, lembrou, durante a reunião, da necessidade de dar continuidade ao movimento. "Precisamos debater isso continuamente para educar nossa juventude. Estamos enojados de ver o silêncio dos homens de bem. Essa situação imoral precisa ser freada e a OAB tem legitimidade para isso".

O conselheiro do Conselho Regional de Economia de Mato Grosso (Corecon-MT), Oschemario Daltro, lembrou que para a manutenção dos esquemas de corrupção existem as figuras dos corruptores, que também precisam ser alvos de ação. "Eles estão aí e passam indelévels. Os modelos patrimonialistas que regem o Brasil precisam deixar de existir e, para isso, é preciso mexer no sistema. Este fórum aqui deve representar o conjunto da sociedade. Chegou o momento".

Além da cobrança de explicações claras, o movimento Reage MT terá medidas propositivas, como ações de iniciativa popular para implementar legislações que permitam o efetivo e permanente exercício da fiscalização cidadã. Um ato cívico também está sendo programado para conclamar a participação de toda a sociedade civil organizada em Cuiabá.



REAGE MT

**PELO
MATO GROSSO
QUE QUEREMOS**

APOIO:



MANIFESTO PÚBLICO EM PROL DE MATO GROSSO



Representantes de diversos segmentos da sociedade civil mato-grossense, as entidades abaixo-firmadas, reunidas para debater a crise ética, política e moral pela qual o Estado vem passando após uma série de notícias publicadas na imprensa regional e nacional acerca de escândalos envolvendo agentes públicos de variadas esferas;

Considerando os indícios de envolvimento desses agentes em um suposto esquema que sistematicamente vem saqueando os cofres públicos;

Considerando que a arrecadação de Mato Grosso vem crescendo conforme as estimativas; Considerando que todo o patrimônio do Estado é conquistado pela sociedade que contribui diariamente para que Mato Grosso seja um Estado pujante;

Considerando que esta mesma sociedade não pode ficar à mercê de eventuais delações para que sejam descobertos novos rombos no patrimônio público;

Considerando que diante de tal situação a sociedade civil não pode permanecer inerte esperando que novas denúncias apareçam a conta-gotas ano após ano, somente após a consolidação dos desvios;

Considerando que o escandaloso cenário em que Mato Grosso se encontra exige medidas energéticas e urgentes, não podendo a sociedade civil se manter passiva ou ainda atuando de forma isolada, devendo desempenhar desempenhando seu dever de busca incessante pela democracia, Justiça social e ética;

Proclamam a decisão de se unirem no movimento REAGE MT por uma campanha cívica, unificada e solidária pelo resgate da ética política, da moral e da cidadania, por meio dos seguintes pontos;

> Fortalecimento dos órgãos de controle sem oneração de impostos a fim de que seja realizado o devido acompanhamento, com caráter preventivo inclusive, das contas e contratos públicos, de forma rigorosa e efetiva, impedindo que a corrupção sistêmica continue se perpetuando no Estado;

> Elaboração de instrumentos efetivos de mudança do sistema político como um todo para que após a renovação democrática de agentes públicos não sejam mantidos esquemas espúrios, renovando não apenas detentores de cargos, mas a gestão dos mesmos;

> Cobrança de explicações claras e objetivas por parte dos envolvidos visando a não apenas apresentar à sociedade o que lhe é de direito, mas também evitar que o clima de dúvidas e incertezas venha a prejudicar ainda mais os cidadãos mato-grossenses afetando a economia de Mato Grosso e seus municípios e colocando em xeque as instituições das quais fazem parte;

> Cobrança de medidas imediatas por parte dos órgãos de controle e fiscalização, bem como das entidades envolvidas, para que, desde já, adotem as medidas cabíveis no sentido de apurar a conduta de agentes que possuam indícios de participação em esquemas espúrios;

> Exercício permanente de uma fiscalização cidadã em que a sociedade possa, por meio da transparência que é exigida em lei por parte dos órgãos públicos, acompanhar a devida aplicação dos recursos;

> Apresentação de projetos de lei de iniciativa popular com base em estudos prévios;

Ordem recebe conselheiro do TCE-MT

Conselheiro interino do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), Isaías Lopes da Cunha reuniu-se, no dia 25 de setembro, com o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos. Tratou-se de uma reunião institucional, na qual as entidades discutiram seus papéis e avaliaram as parcerias já realizadas.

“Fizemos essa visita tendo em vista que a Ordem é uma instituição muito importante no Estado Democrático de Direito. Um dos nossos principais atores são os advogados e contadores que atuam na defesa dos gestores, então, são instituições que o TCE-MT e eu, particularmente como relator, valorizo e busco manter um relacionamento com os representantes dessas categorias”, declarou o conselheiro.

Desde o último dia 14 de setembro,



quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, determinou o afastamento de cinco conselheiros, a instituição manteve seus trabalhos normalmente, com a recomposição ainda na mesma data.

Para o presidente da OAB-MT, a garantia da continuidade dos trabalhos no TCE-MT é de extrema importância neste momento crítico da história de Mato Grosso, em que a fiscalização das contas é fundamental.

Leonardo Campos lembra as parcerias institucionais realizadas entre OAB-MT e TCE-MT com um trabalho preventivo em relação às eleições, informando futuros gestores e eleitores sobre a devida prestação de contas, entre outras.

“Nossas portas estão abertas para o TCE-MT para desenvolvermos ações que busquem devida fiscalização dos recursos públicos, melhor distribuição de Justiça, enfim, que assegurem o verdadeiro exercício da cidadania”, destacou.

O conselheiro ainda destaca que a manutenção do pleno funcionamento do TCE-MT se deu graças ao chamando modelo constitucional de composição, no qual a casa conta com conselheiros substitutos que atuam durante o tempo todo, inclusive com relatorias originárias.

Especialista aponta defesa ambiental no Código do Consumidor

O consumo sustentável é o objetivo do Código de Defesa do Consumidor. Esse foi o destaque feito pelo primeiro palestrante do III Setembro Consumidor e do 13º Congresso Nacional de Meio Ambiente da OAB-MT, Leonardo de Medeiros Garcia. Sua fala aconteceu na abertura do evento, em 13 de setembro, no auditório da Ordem, onde tratou da importância de se estabelecer pontes na legislação em busca de melhor qualidade de vida.

“Nós temos hoje, no Brasil, um modelo econômico capitalista de livre iniciativa. Mas o empresário, ao produzir o produto, mesmo não passando pelo crivo de ninguém, precisa respeitar a lei de defesa do consumidor e que as substâncias que constam no seu produto não poluam o meio ambiente. Então, o direito econômico precisa conversar com o direito ambiental e do consumidor, o chamado diálogo das fontes normativas. Hoje, o operador do direito precisa ter uma visão do todo”, esclareceu Leonardo Garcia, que é procurador no Estado do Espírito Santo e autor de livros sobre Direito do Consumidor.

Para garantir que as futuras gerações também possam usufruir dos recursos naturais e obter qualidade de vida é preciso normas que defendam esse conceito, como frisou Leonardo Garcia. “É necessária uma norma que trate sobre consumo e serviços, qual norma no Brasil pode ajudar de fato é o Código de Defe-



sa do Consumidor. É a ideia de se inserir no código, em momentos específicos, essa proteção do consumo sustentável. Eu enxerguei o Código de Defesa do Consumidor de uma forma diferente, que não era muito clara. Mas eu afirmo para vocês que ele já defende a proteção ambiental”.

O palestrante informou que foi procurado por parlamentares que atuavam no projeto de lei de atualização do Código de Defesa do Consumidor para

sugestão de temas a serem tratados no Senado. “Particularmente, tem três que eu gostaria de tratar. O fortalecimento dos Procons, para poder legalizar e legitimar, o consumo sustentável e o da publicidade infantil, que também tem um pouco a ver com o consumo sustentável. Nós conseguimos incluir os três temas. O Código já passou pelo Senado e hoje está na Câmara dos Deputados, agora na Comissão de Defesa do Consumidor”.



Encontros focam nas relações contratuais, de tempo e ambiente

Foco na qualidade das relações do consumidor contratuais, com fornecedores, com o tempo e o meio ambiente moveu o debate durante o segundo dia do III Setembro Consumidor e do 13º Congresso Nacional de Meio Ambiente da OAB-MT, no dia 14. Três palestrantes de notoriedade nacional trouxeram seus temas de estudo para discussão entre advogados, advogadas, estagiários e estudantes integrantes do público de cerca de 200 pessoas.

A primeira a conversar com os participantes foi a mestre em Direito cuja linha de pesquisa é Direito, Meio Ambiente e Ecologia Política, Flávia França Dinnebier. Ela fez a defesa da necessidade de se reduzir o uso de embalagens na sociedade de hiperconsumo, tema de sua pesquisa. Depois de demonstrar cientificamente os prejuízos do abuso no uso de invólucros para produtos comercializados das mais variadas naturezas, tanto na fabricação quanto no descarte, a pesquisadora

chamou a atenção para a necessidade de todos os entes sociais assumirem sua responsabilidade no processo de redução dos resíduos.

O palestrante seguinte foi o advogado, mediador e consultor na área de Relações de Consumo, Marcos Dessauane, que tratou do tema “Desvio Produtivo do Consumidor”, título de publicação de sua autoria. Ele abordou o tempo desperdiçado pelo consumidor com problemas nas relações de consumo. Uma das suas funções é a liberação dos recursos produtivos, além da satisfação de carências, como frisou o pesquisador. Nesse contexto, o tempo é considerado como um bem econômico e, portanto, um bem jurídico.

“O tempo vital é um bem jurídico e é, possivelmente, o bem mais valioso que temos na vida. Nas relações de consumo, qualquer fornecedor tem uma grande missão implícita, que é liberar os recursos produtivos do consumidor. Já o desvio produtivo para mim é um fato ou um

evento danoso. E esse evento ele se consuma no momento em que o consumidor, se sentindo prejudicado, gasta seu tempo e se desvia de suas atividades cotidianas para tentar ele mesmo resolver aquela situação nociva sem nenhuma garantia de sucesso, porque é de responsabilidade do fornecedor sanar o risco, indenizar o consumidor pela prática abusiva”.

Tirando gargalhadas da plateia, o último palestrante, o advogado doutor em Direito Civil pela USP, Flávio Tartuce tratou de transformações contratuais. Ele apontou aspectos que vêm sendo conquistados ao longo do tempo nos tribunais, porém, com algumas perdas. A partir de uma seleção do que considera bom ou ruim na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Tartuce enumerou casos que exemplificam a relação contratual do consumidor com o fornecedor. “O STJ parece ser mais sensível à perda de tempo na fila de banco do que os Tribunais estaduais. Até porque os bancos, agora, maquiagem a situ-

Após a fala de Leonardo Garcia, a palestrante coordenadora do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) “Saberes Ambientais, a doutora em Meio Ambiente, Belinda Pereira da Cunha, conversou com o público.

O evento, alusivo ao Mês do Consumidor, foi realizado, de forma inédita, conjuntamente pelas comissões de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente da OAB-MT. O presidente da Ordem, Leonardo Campos, participou da abertura destacando a necessidade de garantia do consumo sustentável – tema que norteou os debates –, como já prevê a Constituição Federal desde 1988, para que todos possam fazer uso dos recursos naturais.

O presidente da Comissão de Direito do Consumidor, Rodrigo Polamares, agradeceu o apoio da atual gestão à frente da OAB para realização dos eventos e enfatizou a importância do trabalho realizado, sobretudo diante da campanha “Mero aborrecimento tem valor”, que ganhou notoriedade em todo o país.

A vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente falou um pouco sobre o surgimento da ideia para construir o evento conjunto e a escolha do tema “Consumo Sustentável”, dando ênfase à necessidade de encontrar medidas para conter e minimizar os danos do consumo desenfreado que a população mundial realiza.

ação com as cadeiras. Então, para ele, passou de uma hora na fila de banco, dá danos morais”, exemplificou.

Outro aspecto abordado por ele foi quanto ao valor das indenizações, que diminuíram com o tempo. “As indenizações eram muito maiores que agora. Em matéria de contratos, a visão tradicional do contrato é que ele teria um conteúdo patrimonial. Descumprido o contrato, a consequência é dano material. A jurisprudência começou a entender, lá por volta de 2008, no STJ, que alguns contratos envolvem valores existenciais previstos na Constituição – saúde e moradia. Então, em algumas situações o descumprimento de contrato vai gerar dano moral quando houver valor fundamental previsto na CF de 1988. Isso é uma evolução. Os primeiros julgados de plano de saúde por negativa de cobertura renderam até R\$ 100 mil. Hoje, a média é de R\$ 6 mil”, demonstrou, entre vários exemplos.

OAB-MT promove 1º Seminário de Enfrentamento ao tráfico de pessoas

Dados alarmantes sobre o volume de pessoas traficadas no mundo, bem como as mais variadas práticas adotadas para o aliciamento e os futuros abusos das vítimas, foram desvendados aos integrantes do 1º Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da OAB-MT, realizado nos dias 28 e 29 de setembro. Voltado à capacitação da rede de combate ao crime, formada sobretudo por membros das forças policiais que atuam em Mato Grosso, o evento trouxe para o Estado palestrantes que militam na causa há décadas no Brasil e no mundo.

Um dos principais propósitos do seminário foi tornar o crime de tráfico de pessoas e seu rol de finalidades conhecidos pois, conforme a presidente da Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT, a realizadora do encontro Tatiane Barros, até pouco tempo atrás não se acreditava que era cometido no Estado.

“Esse é um crime silencioso. A população de Mato Grosso não tinha conhecimento de que aconteceu aqui, nem da existência de indícios do tráfico de pessoas no nosso Estado. Muitos acham que é um crime que existe na Europa, no exterior, mas aqui, não. Só que aqui é rota. A nossa fronteira é muito extensa e não temos policiais em número para enfrentar esse crime. Por isso a OAB teve a ideia de lançar esse seminário, para capacitar e integrar forças com as redes de enfrentamento, mostrando para nossa sociedade que esse crime existe”, esclareceu a advogada.

A vulnerabilidade das vítimas é a principal isca para os traficantes, que já contabilizam mais de 40 milhões de pessoas mantidas como escravas em todo o mundo, conforme dados de 2016 divulgados no seminário. Desse volume, cerca de 70% são mulheres e meninas, algo em torno de 29 milhões. O trabalho

infantil capitaneia 152 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em todo o mundo. Mas algumas seguem para o chamado casamento forçado, até com 9 anos de idade, como revelaram muitos dos palestrantes convidados para o evento. Essa movimentação gera um lucro de cerca de R\$ 32 bilhões por ano.

“Em Mato Grosso a gente ainda tem muita subnotificação para as finalidades, que são de exploração sexual, para fins de trabalho escravo, entre outras. São situações que estamos trabalhando com os profissionais que estão na ponta para que eles façam essa notificação”, esclareceu a coordenadora do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Dulce Regina Amorim, informando ainda que a população LGBT também tem sido traficada em larga escala, mas de forma ainda mais silenciosa.

A nova lei do tráfico de pessoas, a 13.344/2016, que completa um ano em vigor em outubro, é considerada um marco no combate ao crime. Com ela, passou a ser tratado como um atentado individual contra a liberdade do cidadão. Assim, vinculou-se à prática todo o tipo de exploração: sexual, de trabalho análogo ao de escravidão, para retirada de órgãos, adoção ilegal, dentre outros fins criminosos. Torná-la conhecida, como ficou a Lei Maria da Penha, por exemplo, é uma meta dos ativistas da causa.

“Essa lei vai ‘pegar’? Depende de nós torná-la conhecida, depende de dar voz às vítimas, de mostrar que o tráfico de pessoas é uma realidade alarmante no Brasil e no mundo. Temos o exemplo da Lei Maria da Penha que é conhecida por 98% da população exatamente porque surgiu da demanda das vítimas. A lei de tráfico de pessoas é o contrário, é uma determinação que o Bra-

sil assumiu perante as Nações Unidas. É muito importante que a população passe a conhecer essa lei, que as potenciais vítimas tenham condições de se prevenir para que não caiam nas redes de aliciamento”, ponderou o juiz de direito de Goiás, Rinaldo Aparecido Barros, que atua na causa há uma década.

Porém, o magistrado levantou outro questionamento a respeito da nova legislação que, para ele, ainda não pune os traficantes à altura, tendo em vista que a pena prevista para quem comete o crime (de 4 a 8 anos de prisão, o que reduz a em cumprimento no regime semiaberto) é inferior àquela sentenciada a quem trafica drogas (de 5 a 15 anos de prisão).

“É difícil entender por que o tráfico de pessoas não incomoda tanto quanto o tráfico de drogas. Os juízes precisam sentir a situação. Em 2016, foram 29 milhões de mulheres e meninas vítimas de escravidão moderna, 70% do total de 40 milhões. Como isso não choca? Casamentos forçados, com casos de meninas de 9 anos. Trabalho infantil, 152 milhões no mundo, 73 mi no trabalho perigoso. Nós lutamos, lá no Conselho Nacional de Justiça, para que essa nova lei tivesse uma pena maior. Não posso conceber que a pena de tráfico de pessoas seja inferior à pena de tráfico de drogas”, argumentou.

De acordo com dados revelados no encontro, da Câmara Criminal do Ministério Público Federal, o tráfico humano no Brasil rendeu 78 ações penais, que redundam em 29



processos. Ainda são 97 inquéritos policiais em curso, além de 21 procedimentos investigatórios. A estimativa do Ministério das Relações Exteriores é que haja 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior, número que não chega a 10% do real, conforme os palestrantes que participaram do seminário da OAB-MT.

Para reduzir os números, todo cuidado é pouco. “Estamos lutando contra um inimigo invisível. Temos que conhecer o problema. A melhor forma de prevenir é o conhecimento. E o pensamento. Ninguém vai te fazer uma proposta incrível de trabalho do nada. Desconfie sempre e procure saber mais informações junto aos órgãos e não faça nada sem pensar, sem tomar os cuidados devidos. Atenção também com as redes sociais, que se transformaram num mecanismo de aliciamento de vítimas no mundo. Todo cuidado é pouco e ninguém vai dar nada de graça pra ninguém. Procure informação”, alertou o Rinaldo Barros.

Ao todo foram cinco painéis que abordaram a temática em sua amplitude, desde a questão legal, passando pela exploração sexual, direitos das vítimas, necessidades de políticas públicas, até as formas de identificação e combate às redes de aliciamento e tráfico de pessoas no mundo.

Os casos de suspeita e tráfico de pessoas podem ser denunciados anonimamente pelos telefones 100 e 180.

Ordem pede intervenção da PF em conflitos agrários no Nortão

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT pediu ao Ministério da Justiça a intervenção da Polícia Federal (PF) nos conflitos agrários que estão em curso no município de Nova Guarita, no norte do Estado. A denúncia de atos de agressão física e cárcere privado praticados contra assentados do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) partiu do Fórum dos Direitos Humanos da Terra e da Comissão Pastoral da Terra dando conta da inoperância das forças policiais estaduais no local.

As ocorrências foram registradas no Assentamento Raimundo Vieira III, que fica na Gleba Gama, em Nova Guarita, localiza-

do a cerca de 700 quilômetros de Cuiabá. Boletins de ocorrência já foram registrados pelas polícias Militar e Civil na região em que foram denunciados atos cometidos por uma família local contra assentados que já estão na área há 12 anos. Estariam sendo cometidas agressões como ameaças de morte, tortura, cárcere privado, queima de casas, cortes de cercas, envenenamento por pulverização aérea, disparos de armas de fogo contra casas e veículos, dentre outras.

Depois de endossar o relato feito pelas famílias – por meio de cópias dos boletins de ocorrência, vídeos e fotos – e das entidades contra violência agrária, a Comissão da OAB-MT enviou ofício ao Ministério da

Justiça solicitando que homens da PF de Sinop atuem na região de conflito.

“Conforme se pode observar o longo percurso transcorrido por todos os que militam com a terra e a sua proteção, sem que nada de efetivo tenha ocorrido, requeremos, em nome de todos, que seja por Vossa Excelência determinada a intervenção da Polícia Federal de Sinop, cuja localização está mais próxima dos eventos criminosos narrados”, trouxe o texto do pedido, assinado pela presidente da Comissão de Direitos Humanos, Betsey de Miranda.

O documento foi enviado ao ministro Torquato Jardim no dia 14 de setembro.

Ao Comando da Polícia Militar de

Mato Grosso, a entidade também solicitou providências a respeito de um policial militar de Nova Guarita que estaria, de acordo com as entidades denunciadoras, supostamente acirrando os conflitos com os assentados em favor da família de fazendeiros interessada na área.

No conteúdo dos documentos, a advogada Betsey de Miranda lembrou a recente chacina ocorrida em Mato Grosso, no município de Colniza, em que foram mortas nove pessoas em virtude de conflitos agrários. Nos últimos três anos, são nove chacinas ao todo, com o saldo de 55 mortos em Mato Grosso, ainda nos municípios de Alta Floresta, Aripuanã, Jauru e Juína.

ISSQN reduz até 4 vezes para jovens advogados de Diamantino

A Prefeitura de Diamantino vai editar uma lei para reduzir em até quatro vezes o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para profissionais liberais do município, dentre eles, os advogados. A medida, que vai vigorar a partir de 2018, só foi possível depois que a subseção local da OAB-MT organizou uma comissão para estudar formas de escalonar os valores de acordo com o tempo de atuação dos profissionais.

A Comissão, formada por vereadores, o prefeito Eduardo Capistrano, servidores municipais e membros da Ordem de Diamantino, chegaram ao valor mínimo de 19 unidades padrão fiscal (UPFD), algo em torno de R\$ 498, de ISSQN, para profissionais recém-graduados, com até um ano de formados. Para profissionais com até 5 anos de atividade, a contribuição chegará a 36 UPFD, conforme o prefeito. Uma UPFD representa R\$ 26,25.

Até o fim de 2017, o ISSQN recolhido entre os profissionais liberais será de 90 UPFD, algo em torno de R\$ 2.362, independentemente do tempo de trabalho.

A reunião que chegou aos valores mencionados para o próximo ano aconteceu no dia 30 de agosto. "Foi uma mobilização muito importante com a participação da comunidade. Com esse



valor alto, não conseguimos arrecadar, as pessoas não conseguem pagar. Por isso a necessidade de se adequar à nossa realidade. Acreditamos que, com essa mudança, os profissionais se conscientizem e consigam recolher o imposto para fazermos os investimentos que a cidade precisa. E a participação da OAB foi fundamental para alcançarmos esse

avanço, na organização dessa mobilização", comentou o prefeito Eduardo Capistrano, que também é advogado.

Dias antes, a subseção de Diamantino da OAB-MT promoveu um encontro, no plenário da Câmara de Vereadores, para o qual foram convidados representantes de diversas categorias de profissionais liberais da cidade. A fina-

lidade foi discutir os valores do ISSQN visando adequar a tributação à realidade econômica municipal.

O presidente da subseção, Pêrsio Oliveira Landim, comemorou a conquista. "Foi um requerimento da OAB para valorizar o jovem advogado. Parabéns a todos pela união da nossa classe".

OAB Sinop lança projeto de fomento à leitura

A exemplo da Virada Sustentável de São Paulo, a Comissão de Direito do Consumidor (CDC) da OAB Sinop realiza o projeto de fomento e incentivo à leitura "Traga 1 e Leve 1". A novidade foi lançada durante a edição do festival na Capital do Nortão, de 29 de setembro a 1º de outubro.

"A Ordem também trabalha pela comunidade. Estamos apoiando a Virada Sustentável e, paralelamente ao evento, lançando o projeto que chega para ficar em nossa instituição", explica o presidente da CDC Sinop, Anderson Carlos Alves Botin.

O "Traga 1 e Leve 1" consiste na troca de um livro, seja ele novo ou

usado, por outro. Além de ser realizado durante o festival, o presidente adianta que o projeto será levado de forma periódica em diferentes bairros da cidade.

"Boas ideias devem ser multiplicadas. Esse fomento à leitura foi realizado dentro da Virada Sustentável de São Paulo e trouxemos para a edição de Sinop, mas vamos ir além do evento. Nossa ideia é realizar mensalmente em ambientes públicos de diversos bairros", adiantou Anderson Botin.

Para isso, a comissão está arrecadando obras de diversas temáticas, desde literatura infanto-juvenil até gibis, poemas, ficção, não ficção, au-

toajuda etc. Os pontos de recebimento são as salas de trabalho da OAB no Fórum e na Vara do Trabalho, além da Sede em Sinop.

"Vamos começar com aproximadamente 300 livros. Nosso intuito é reunir obras de todos os tipos, desde que sejam literárias e em português. Por se tratar da OAB, algumas pessoas entenderam que seriam apenas livros relacionados ao Direito, mas não", aponta o presidente.

Além do projeto, a OAB Sinop realizará atendimentos jurídicos nas áreas do Direito de Família, Previdenciário, Trabalhista e do Consumidor.

Virada Sustentável - A Virada Sustentável é um movimento de

mobilização para a sustentabilidade que organiza o maior festival sobre o tema no Brasil. Envolve articulação e participação direta de organizações da sociedade civil, órgãos públicos, coletivos de cultura, movimentos sociais, equipamentos culturais, empresas, escolas e universidades.

O objetivo é apresentar uma visão positiva e inspiradora sobre a sustentabilidade e seus diferentes temas para a população, além de reforçar as redes de transformação e impacto social existentes nas diferentes cidades.

Começou em 2011 e já realizou edições nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Manaus, entre outras.

Prefeitura cria Comitê de Desburocratização com assento à OAB-MT

Ao encontro da recomendação feita pela OAB-MT visando à desburocratização dos atendimentos no serviço público, a exemplo do decreto presidencial nº 9.094/2017, a Prefeitura de Cuiabá instituiu o Comitê Municipal de Desburocratização, publicado no Diário Oficial do município em agosto.

O decreto presidencial modelo adota medidas como a dispensa de reconhecimento de firma e autenticação de documentos produzidos no país e institui a Carta de Serviços ao Usuário, den-

tre outras que possibilitam a celeridade da prestação de serviços e desoneram os cidadãos de uma série de taxas. A OAB-MT solicitou ao município que estratégias semelhantes fossem adotadas pelo governo de Cuiabá.

O Comitê Municipal de Desburocratização (decreto n 6.326/2017) garante um assento à OAB-MT, a ser presidido pelo secretário municipal de Gestão, ainda formado pelos secretários municipais de Governo, Fazenda e Planejamento, além do procurador-geral

do município, do controlador-geral de Cuiabá e de um representante da Câmara de Vereadores. Ele reunirá-se, ordinariamente, uma vez por mês.

A principal atribuição do Comitê será “promover ações visando à simplificação e modernização da gestão pública, notadamente no que se refere ao trâmite dos atos e procedimentos administrativos voltados ao interesse dos cidadãos-usuários e à sociedade civil”.

Além da solicitação ao município de Cuiabá, a OAB-MT também recomendou

ao governo estadual e à Associação Mato-grossense dos Municípios que adotassem medidas semelhantes afim de estender os efeitos da simplificação proposta.

“A medida do município de Cuiabá é um salto importante para tornar a prestação de serviço público mais eficiente e célere ao cidadão. A OAB-MT certamente contribuirá com esse processo junto ao Comitê. Esperamos que os demais entes de Mato Grosso adotem medidas semelhantes”, comentou o presidente da Ordem, Leonardo Campos.

TJMT regulamenta tamanho máximo de anexos no PJe

Portaria publicada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) estabeleceu o tamanho máximo dos arquivos digitais que poderão ser juntados nos processos que tramitam no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

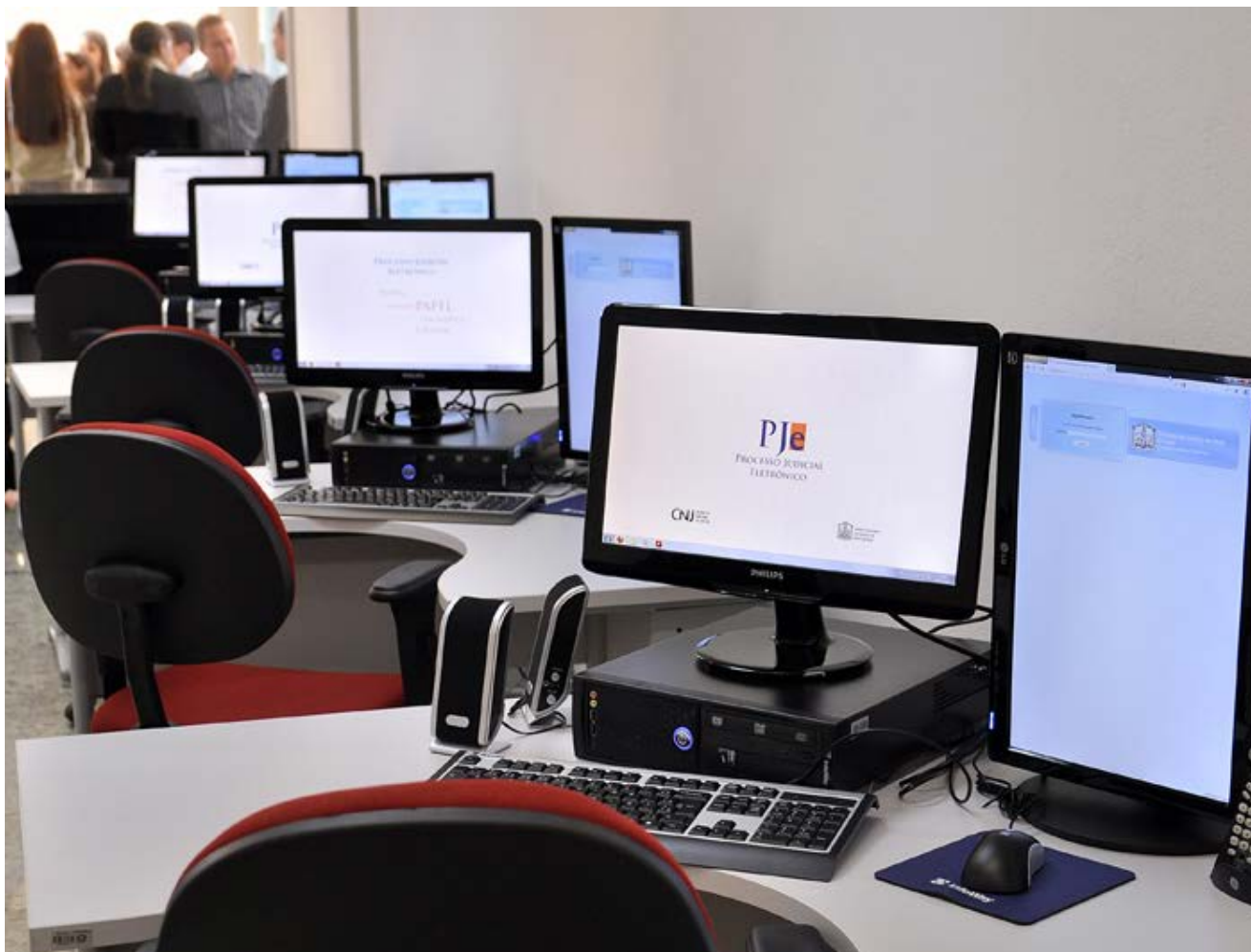
De acordo com a portaria nº 512/2017, o tamanho máximo para arquivos de texto e imagem é de 5Mb e para áudio e vídeo, 10 Mb.

A medida, em vigor desde a segunda quinzena de setembro, já leva em consideração o pedido feito pela OAB-MT, para ampliar a capacidade de upload de arquivos no PJe.

A partir da solicitação feita pela Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB-MT, os anexos passaram a contar com um incremento de 333% na sua capacidade. Arquivos de texto em PDF e imagem em PNG, que saltaram de 1,5 Mb para 5 Mb, e de áudio em MP3, de 5 Mb para 10 Mb.

Assim, a portaria 512/2017, publicada na edição de 11 de setembro do Diário da Justiça Eletrônico (DJE), levou em consideração a capacidade máxima admitida pelo sistema após a apresentação do pleito pela OAB-MT.

Ao regulamentar o procedimento, o presidente do TJMT, desembargador Rui Ramos, levou em consideração a necessidade de se criar parâmetros para anexação de arquivos em formatos digitais ou digitalizados necessários à realização de atos processuais no PJe.



Cadastramento para pedido de inscrição passa a ser direto no site da Ordem

Interessados em fazer a inscrição na sede da Seccional Mato Grosso da OAB-MT precisam estar atentos às mudanças ocorridas no processo de cadastramento. Desde o dia 4 de setembro, os postulantes à carteira da advocacia, tanto definitiva como de estagiário, pas-

sam a ter que preencher o cadastro diretamente no site www.orbmt.org.br.

Na aba “Serviços Online”, o interessado na inscrição deve acessar “Pré-cadastro Online”. Nele, preencherá todas as informações solicitadas para realizar o registro do cadastro. Após

esse passo, deve comparecer à sede da seccional para protocolar os documentos solicitados.

Anteriormente, o cadastramento dos solicitantes era feito mediante o preenchimento no site, mas, também, a presença na sede da seccional para

homologar o pedido e entregar a documentação.

Nas 29 subseções de Mato Grosso, o envio dos documentos necessários dá-se por meio eletrônico, depois de escaneados nas unidades dos municípios.

Jogos da Advocacia mostram união dos profissionais de MT

União. É palavra escolhida pelo presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Itallo Leite, para descrever o sucesso dos 1ºs Jogos da Advocacia. “O evento só teve êxito porque toda a advocacia de Mato Grosso comprou a ideia e participou, em peso, dos jogos. Só temos a agradecer a todos os advogados atletas da capital e interior que fizeram uma belíssima festa do esporte. Ano que vem tem muito mais”.

A primeira edição dos Jogos da Advocacia é uma realização da CAA/MT com o apoio da OAB-MT, Associação dos Advogados, Unimed Cuiabá e Academia

Team Nogueira. As disputas ocorreram nos dias 29 e 30 de setembro, em Cuiabá, reunindo cerca de 300 atletas da capital e outras 12 cidades do estado: Cáceres, Campo Verde, Diamantino, Jaciara, Juína, Nova Mutum, Paranatinga, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande.

“Os Jogos da Advocacia foram show. Perfeição de organização e público. Advogados e advogadas de alto nível participando. A Caixa de Assistência está de parabéns por proporcionar esse conagração da família OAB”, avalia o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Além da avaliação positiva da diretoria do Sistema OAB Mato Grosso, os Jogos da Advocacia receberam inúmeros elogios dos participantes. “Foi um evento de alto nível. Organização perfeita. Só tenho a agradecer a todos que nos proporcionaram esses dias felizes”, diz a advogada de Juína e 1º lugar no vôlei de areia, Nirlei de Fátima Franco Fogliatto.

O vencedor do tênis, o advogado Lindebergue Joaquim destaca a força da advocacia. “Para quem ficou na dúvida, esta aí a prova de que somos unidos. Os Jogos da Advocacia conseguiu reunir colegas de vários lugares do estado”.

A FORÇA DO INTERIOR - A força da advocacia do interior do estado na primeira edição dos jogos esteve representada nas finais do futebol society, em especial, na categoria masculino. OAB Sinop e OAB Rondonópolis foram as equipes finalistas, deixando para trás as equipes da capital.

Após uma partida muito disputada, a equipe do Nortão levou o troféu de campeã. O placar final foi OAB Sinop 2 x 1 Rondonópolis. “Os jogos são da advocacia, mas o título é do interior”, observa o presidente da OAB Rondonópolis, Stalyn Paniago Pereira.

Barra do Garças e Várzea Grande, além de Sinop e Rondonópolis, tiveram atletas subindo no pódio nas demais modalidades.

Veja a classificação final:

Beach Tennis

Feminino

1º lugar: Xênia Guerra e Jociane Lerner (Sinop)

2º lugar: Josiane Pereira de Souza e Marieta Langer (Sinop)

Masculino

1º lugar: Maurício Aude e Marden Tortorelli (Cuiabá)

2º lugar: Felipe Guerra e Tiago Pacheco dos Santos (Sinop)

Futebol Society

Masculino

1º lugar: Rafael Brasília e Christiano Gonçalves de Souza (Cuiabá)

2º lugar: Carlos Eduardo Maluf e Rodrigo Verão (Cuiabá)

3º lugar: Rodrigo Ribeiro Araújo e Cláudio Aguirre Guedes (Cuiabá)

Jiu-Jitsu

Feminino

1º lugar: Delação Premiada (Cuiabá)

2º lugar: Ladies Goleandi FC (Sinop)

Masculino

1º lugar: OAB Sinop

2º lugar: OAB Rondonópolis

3º lugar: In Dubio Pro Cerva (Cuiabá)

Jiu-Jitsu

Feminino Faixa Branca

1º lugar: Carolina Proença (Cuiabá)

2º lugar: Laís Oliveira (Cuiabá)

3º lugar: Monicke Arruda (Cuiabá)

Masculino Faixa Branca

1º lugar: Nuan Ribeiro (Cuiabá)

2º lugar: Alex Martins (Cuiabá)

Masculino Faixa Roxa/Marrom

1º lugar: Roldrigo Oliveira (Barra do Garças)

2º lugar: Hilton Correa (Cuiabá)

3º lugar: Marcelo Souza (Várzea Grande)

Tênis

Feminino

1º lugar: Maralice Lopes (Cuiabá)

2º lugar: Helena Nogueira (Cuiabá)

Masculino – Categoria A

1º lugar: Lindebergue Joaquim (Cuiabá)

2º lugar: Teófilo de Arruda Barros Jr (Cuiabá)

3º lugar: Flávio Muller (Cuiabá)

Masculino – Categoria B

1º lugar: Felipe Santos (Cuiabá)

2º lugar: Gustavo Peres (Cuiabá)

3º lugar: Fernando Figueiredo (Cuiabá)

Campeão geral: Lindebergue Joaquim

Vôlei de Areia

Feminino

1º lugar: Marli Gaspari Camara e Nirlei Franco Fogliatto (Juína)

2º lugar: Samilla Menzel (Sinop) e Ronelize Costa Leite (Cuiabá)

Masculino

1º lugar: Leandro Gonçalves de Amorim e Guilherme Barros de Oliveira (Cuiabá)

2º lugar: Filipe Gimenes de Freitas e Giovanni Vasconcelos (Cuiabá)

3º lugar: Rodrigo Verão e Luiz Fernando Caldart (Cuiabá)



O presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, já se prontificou a receber na sua subseção a 2ª edição dos Jogos da Advocacia, em 2018.

JOGOS DE VERÃO – Os primeiros colocados em cada modalidade representarão a Caixa de Assistência de Mato Grosso no torneio nacional das CAAs, os Jogos de Verão. A competição será realizada em janeiro de 2018, na cidade de Vitória (ES).

Já estão à venda os ingressos para o 4º Happy Day

Já estão à venda os ingressos para o 4º Happy Day da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Neste ano, o day use para celebrar o Dia das Crianças será na Pousada Penhasco, em Chapada dos Guimarães.

Podem participar advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a OAB-MT e seus dependentes.

Os ingressos são individuais e limitados e estarão à venda na sede da CAA/MT a partir da próxima semana. Os valores são os seguintes:

Criança de zero a 4 anos de idade – cortesia

Criança de 5 a 10 anos de idade – R\$ 35,00

Criança a partir de 11 anos de idade – R\$ 60,00

Adultos – R\$ 60,00

Além do day use na Pousada Penhasco, está incluso no valor do ingresso o almoço (buffet completo com refrigerantes, sucos, água e sobremesas à vontade). Vale

informar que o consumo liberado de refrigerantes, sucos e água, incluso nesse day use, é válido somente durante o almoço.

O pagamento do ingresso para o day use poderá ser feito em dinheiro, cartão de débito ou crédito (em até 2x).

ESTRUTURA – A Pousada Penhasco oferece para o day use toda a estrutura de lazer: piscinas aquecidas e naturais, salão de jogos, quadras esportivas e trilhas.

TRANSPORTE
GRATUITO - Para a comodidade das famílias, a CAA/MT disponibilizará ônibus gratuito saindo da sede, em Cuiabá, para a pousada às 8h e retornando às 17h. Esse transporte é opcional e aqueles que desejarem deverão manifestar o interesse até o dia 10 de outubro.

Informações: CAA/MT
(65) 3644-1006 / 3644-1374

Um dia feliz para comemorar em família.
Tragam as crianças e venham se divertir.

VAGAS LIMITADAS, GARANTA JÁ A SUA!

PROGRAMAÇÃO INCLUSA:

DAY-USE
piscinas naturais, piscinas aquecidas, salão de jogos, quadras para esportes, trilhas.

ALMOÇO
(Buffet completo com refrigerantes, sucos e sobremesas à vontade). Refrigerantes e sucos inclusos somente durante o almoço.

OPÇÕES DE PAGAMENTO*:
DINHEIRO | CARTÃO DE DÉBITO OU CRÉDITO
(Parcelamento em até 2 vezes)
*Para profissionais da Advocacia adimplentes.

TRASLADO:
Ônibus saindo da CAAMT às 08h e retornando às 17h.
Traslado opcional, favor confirmar o interesse até o dia 10/10/17.

VALORES

	CORTESIA
Crianças de 0 a 4 anos	
Crianças de 5 a 10 anos	R\$ 35,00
Crianças a partir de 11 anos	R\$ 60,00
Adultos	R\$ 60,00

Informações:
www.caamt.com.br
65 3644 1374 | 65 3644 1006

Apoio

Realização

NOVOS CONVÊNIOS

Profissional da advocacia, conheça os novos convênios celebrados pela CAA/MT. A relação completa e detalhada está disponível no site www.caamt.com.br e no aplicativo para celular CAAMT.

ALTA FLORESTA

- Auto Posto Aparecida do Norte
- Odontologia Camila Caioni de Sales
- Odontologia Maria Olezia Pajanoti

CÁCERES

- Barbearia Devipe
- Clínica Socorrito

CUIABÁ

- Atlas Parking
- Blush Cabelo e Arte
- Clínica Mega Saúde - unidade Coxipó
- Chill Beans
- Colégio Coração de Jesus
- CRC Centro de Radiologia Cattaruzzi
- Holiday Inn Express Hotel
- Lavanderia Apolo
- Le Gelare Sorveteria

- Limits Roupas Masculina
- Rede Orto Odontologia
- Tip Top
- Três Cliques Informática
- Uruguayo Parrilla Restaurante
- Wish Salon Estética

PONTES E LACERDA

- Magalhães Engenharia - reformas em geral

SINOP

- Academia Elite Cross
- Clube dos Amigos Corretora de Seguros
- Emplacar Placas Automotivas
- Fabullosa Semi Jóias
- Imaginarium Acessórios Femininos e Masculinos
- Linda Mulher Store
- Mara de Toni Designer de Sobrancelhas
- Morada Pilates, Saúde e Bem-estar
- Morana Acessórios Femininos e Masculinos
- Nada Básico Semi Jóias
- Palácio dos Esportes
- Raphaella Booz Calçados e Confecções
- Renove Studio Pilates
- Taberna Cervejas Especiais

Desagravo contra atos de juiz e delegado reúne cerca de 80 pessoas em Araputanga

“A injustiça não pode nunca ser tratada como algo natural e é por isso que ela machuca tanto e nos corrói. Estamos corroídos e destruídos, mas derrotados, jamais!”. Este foi relato da advogada Luciana de Queiróz Mamedes cerca de dois meses depois de ter tido suas prerrogativas profissionais violadas em um episódio que envolveu violência física, prisão e cenas que jamais serão esquecidas por ela e sua família.

Juntamente a ela, seu esposo, o advogado Ricardo Mamedes, chegou a ser preso quando se impuseram frente à invasão de policiais militares em sua residência que forçavam a entrada no local sem o devido mandado de busca e apreensão, em Araputanga.

No dia 21 de setembro, com a participação de aproximadamente 80 pessoas, eles mais uma vez relataram o episódio durante o desagravo público promovido pela OAB-MT contra os atos praticados pelo juiz de direito Renato José de Almeida Costa Filho e pelo delegado de polícia Miguel Macário Lopes.

A ação foi realizada em frente ao Fórum Desembargador João Luiz da Fonseca, da comarca de Araputanga, que coincidentemente suspendeu o expediente na data para realizar manutenção nos aparelhos de ar-condicionado. Mesmo assim, a ação contou com a presença de profissionais da advocacia e comuni-



dade em geral do município e região.

“Onde houver um advogado ou advogada que tenha sua prerrogativa violada, lá estará a OAB-MT, porque não estamos falando de direitos da advocacia, e sim dos direitos das pessoas que juramos defender”, ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

O ato de desagravo público é um instrumento que visa resguardar as prerrogativas dos profissionais da advocacia, a fim de que os mesmos possam exercer a plena defesa de seus clientes, e está previsto no inciso XVII, do artigo 7º da Lei nº 8.906/94.

Aprovado pelo Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) e pelo Conselho Seccional da OAB-MT, com voto do relator Pedro Verão, o desagravo é uma das várias medidas que serão adotadas pela entidade

frente à violação das prerrogativas. Além do ato, as autoridades também serão representadas em seus devidos órgãos para que possam responder administrativamente pelas irregularidades cometidas.

“Infelizmente essas autoridades não estão aqui hoje, mas o que fazemos é público para mostrar para todos os cidadãos as ameaças que sofremos e que qualquer um pode sofrer”, destacou Ricardo Mamedes.

Presidente da OAB Mirassol D’Oeste, que engloba a comarca de Araputanga, Gustavo Cardoso fez questão de frisar que a ação não pretende retirar delegados e juizes da comarca, mas sim fortalecer as instituições para que elas ajam buscando o bem-estar da população.

“Toda vez que o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil e Mili-

tar tiveram suas autonomias ameaçadas, a OAB-MT foi a primeira a se levantar para defender suas independências. Mas precisamos ser ainda mais firmes e incisivos para fazer as cobranças que defendemos no nosso juramento”, ponderou Leonardo Campos.

Gustavo Cardoso ainda destacou que o episódio sofrido pelo casal Luciana e Ricardo Mamedes não se trata apenas de violação às prerrogativas profissionais, mas sim de violação dos direitos humanos e, por isso, todos os cidadãos precisam estar atentos para que não tenham seus direitos feridos. “O desagravo é um ato extremamente triste contra pessoas que se vestiram de uma autoridade e esqueceram seu viés. Mas nos sentimos honrados e renovados com a união da classe”, declarou o conselheiro estadual da OAB-MT, Fábio de Sá.

A advocacia de todo o Estado foi representada pelos presidentes das subseções de Várzea Grande, Flávia Moretti, e de Cáceres, Eduardo Sortica, que acompanharam o desagravo em nome do colégio de presidentes. Também marcaram presença no ato o vice-presidente, secretário-geral e membro do TDB, Maurício Magalhães Faria Neto, Max Magno e Alex Salvatierra, respectivamente; além do presidente da Comissão de Direito do Idoso, Isandir Rezende, e do secretário-geral da Comissão da Jovem Advocacia, Pedro Henrique Marques.

OAB Sinop cobra instalação da Delegacia da Mulher aprovada em 2013

“Há pelo menos sete anos, discuto esse tema em Sinop e vemos mais uma vez a promessa de instalação. Confesso que estou incrédulo”, desabafou o presidente da subseção de Sinop da OAB-MT, Felipe Guerra, durante reunião de trabalho realizada com entidades e representantes do município e governo, na Câmara Municipal.

Apesar da preocupação, Felipe Guerra lembrou que o governador Pedro Taques possui um programa de segurança pública com a instalação das delegacias. “Sabemos que está prevista a instalação das delegacias de Defesa da Mulher ao menos nos polos regionais. Então, precisamos também confiar na autoridade do governador e na sua sensibilidade com esse tema, mas sem deixar



de fazer o nosso trabalho, que é exigir e cobrar para que saia do papel”.

Apesar da expectativa na instalação ser alta, principalmente por conta de informações divulga-

das pela Pasta de que faltava apenas a locação do prédio, no encontro, ficou entendido que ainda falta muito para a implantação da delegacia.

“Nós temos que tomar pé certinho sobre em qual pasta do governo está este projeto – eu acredito que está na Secretaria de Cidades – para podermos dar um prazo mais concreto”, ponderou o então secretário-adjunto de Estado de Integração da Sesp, Gustavo Garcia.

Também ansiosa para instalação da nova unidade, a prefeita Rosana Martinelli garantiu que a contrapartida para a delegacia está disponível no município. “É uma reivindicação muito antiga do município. Além do decreto de lei que foi feito, nós queremos ela funcionando para amparar as mulheres, que abrangem os idosos e crianças. Nós precisamos da ajuda do governo, o município sempre se disponibilizou em ser parceiro para a instalação”.

Informe OAB

OAB-MT propõe estudo para criar varas especiais aos idosos

Presidente da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT, Isandir Rezende participou do I Colégio Nacional de Presidentes de Comissões dos Direitos do Idoso da OAB, promovido pela seccional Piauí. Durante o encontro, entre 14 e 15 de setembro, o representante mato-grossense propôs que cada seccional realize um levantamento da quantidade de processos judiciais em tramitação no Poder Judiciário envolvendo como parte a pessoa idosa, com o fim da realização do estudo para a criação de Varas Especializadas. A proposta faz parte da Carta de Teresina, que reúne os principais apontamentos para fomentar os direitos das pessoas idosas, e será apresentada ao Conselho Federal da OAB e ao Congresso Nacional.



Comissão de Direitos Humanos adere à reintegração de vítimas da hanseníase

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT aderiu ao Termo de Cooperação do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas Pela Hanseníase – MORHAN por diminuição de casos. A adesão aconteceu durante a visita de nove representantes de entidades nacionais à presidente da Comissão, Betsey de Miranda, na sede da Ordem. O grupo, liderado pelo vice coordenador nacional do MORHAN, Artur Custódio, faz uma busca por vítimas de hanseníases e pelos filhos das pessoas que tinham a doença e viviam nos chamados “leprosários” pelo país. A vinda para Mato Grosso ocorreu em função de o Estado ser um dos mais infectados.

Conselho da Justiça do Trabalho diz ser desnecessária instalação de navegador do PJe

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) enviou um comunicado à OAB dando esclarecimentos sobre a desnecessária instalação do navegador do Sistema PJe para sua utilização na Justiça do Trabalho. A informação foi remetida à Seccional Mato Grosso, assim como às demais do país. Conforme o CSJT, foram escolhidas outras alternativas para suprir a descontinuidade de Applets Java e garantir softwares de assinatura: PJeOffice, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e já integrado à versão do PJe utilizada pela Justiça do Trabalho, e Shodo, desenvolvido pelo CSJT, também já disponibilizado para uso dos regionais, como traz o comunicado.

Cerca de 90 estudantes participam do projeto OAB Vai à Escola

Aproximadamente 90 alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Djalma Ferreira de Souza, em Cuiabá, participaram da mais recente edição do projeto OAB Vai à Escola. A iniciativa é desenvolvida pela Comissão do Jovem Advogado (Cojad) da OAB-MT e visa levar aos estudantes informações básicas sobre seus direitos. “A palestra traz temas de suma importância para apresentar aos alunos seus direitos e deveres como cidadãos responsáveis”, comentou a diretora da escola, Maria Denise Souza Carvalho. Instituições interessadas em receber o projeto OAB Vai à Escola podem entrar em contato com a Cojad para agendar uma palestra.

Juiz do TST dá curso sobre Reforma Trabalhista à advocacia do Nortão

Alterações em mais de 100 dispositivos na lei trabalhista e muita interpretação para ser avaliada. Com o objetivo de facilitar o dia a dia do advogado do norte do Estado, o juiz auxiliar da presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Fabiano Coelho de Souza, ministrou

um curso de dois dias em Sinop. Para o magistrado, a qualificação é essencial porque a Reforma Trabalhista é bastante profunda e relevante. O juiz avaliou ainda que, apesar da intenção de equalizar os direitos dos trabalhadores com o interesse do empresariado, o resultado não foi satisfatório.

Em Destaque



A jovem advocacia de Rondonópolis mais uma vez fez a diferença na vida das crianças da cidade. Com a realização da 1ª FeijãoCojado, no dia 16 de setembro, a Comissão da Jovem Advocacia da Subseção angariou recursos para realizar a 4ª edição do Projeto Brincando com a OAB, um dia de recreação para crianças carentes de Rondonópolis alusivo ao Mês das Crianças. O evento teve o apoio da CAA/MT e da diretoria local da OAB



Presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, o advogado Waldir Caldas encheu a carroceria da caminhonete de livros doados para Escola Nova Chance, que atende reeducandos das unidades penitenciárias de Mato Grosso. Os livros foram entregues na sede da seccional



Os 27 anos do Código de Defesa do Consumidor, com os desafios impostos a ele e o equilíbrio das relações de consumo, foi o tema do I Simpósio do Direito do Consumidor, realizado no auditório da OAB/PI. O presidente da Comissão de Direito do Consumidor, Rodrigo Polamares, esteve presente no evento, que aconteceu no dia 27 de setembro



Alunos do 9º ano da Escola Estadual Djalma Ferreira de Souza, em Cuiabá, atentos às explicações dos membros da Cojado que desenvolvem o projeto OAB Vai à Escola, pensado para levar aos estudantes informações básicas para seu direito. A visita foi no começo de setembro